



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010297-11.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Portoseg S/A Crédito Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Glaucio Donizete de Oliveira**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO ajuizou ação de **BUSCA E APREENSÃO** contra **GLÁUCIO DONIZETE DE OLIVEIRA**, alegando, em resumo, que firmou com o acionado "Contrato de Financiamento", com cláusula de alienação fiduciária em garantia, tendo por objeto um veículo GM Chevrolet Meriva 1.8 MPFI FlexPower, ano/modelo 2004/2004, Placas DMW-6923. O acionado deixou de pagar as parcelas, incorrendo em mora. Pleiteia a retomada do bem.

Deferida a medida liminar e apreendido o bem, o acionado promoveu a emenda da mora. O autor concordou com os valores apresentados e não houve contestação.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Este processo deve ser julgado extinto.

Dispõe o artigo 493, do Código de Processo Civil:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão".

No caso dos autos, o acionado promoveu a emenda da mora, quitando o contrato firmado entre as partes.

As verbas de sucumbência, em observância à regra da causalidade, devem ser carregadas ao requerido que, mesmo quitando as parcelas em aberto, deu causa à instauração desta ação judicial, por conta da mora confessa.

Em precedente, ora invocado como razão de decidir, assim se estabeleceu:

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - PURGAÇÃO DA MORA - CARÊNCIA SUPERVENIENTE DE AÇÃO - Reconhecimento - Ação extinta com fundamento no art. 485, VI, do CPC - SUCUMBÊNCIA - Ônus atribuído a quem deu causa ao ajuizamento da demanda . RECURSO DO AUTOR PROVIDO E IMPROVIDO O DO RÉU.

...

Fixadas essas premissas, verifica-se que não há improcedência da demanda, pois o depósito, pelo devedor, da quantia específica pelo credor, teve o condão de engendrar aquilo que os processualistas averbam de perda superveniente do interesse de agir, conducente à extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC, pois à época do ajuizamento da ação, em 03.03.2016, havia sim a mora do acionado, tanto que houve a purgação da mora.

Não obstante, quanto ao ônus da sucumbência há de ser observado o princípio da causalidade. Com efeito, a ocorrência do fato superveniente apenas prejudica o pedido principal, causando-lhe a extinção, sem resolução do mérito. Todavia, não interfere no exame da responsabilidade pelo ônus da sucumbência.

No caso concreto, foi o demandado quem deu causa ao ajuizamento da ação de busca e apreensão, em virtude de estar inadimplente relativamente à sua contraprestação contratual, de modo que ele deve responder pela sucumbência da presente demanda, observada a gratuita de justiça" (Apelação 1000442-49.2016.8.26.0434, da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator desembargador Antonio Nascimento, j., 27.02.2018, v.u.).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, **JULGO EXTINTO** este processo, movido por **PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO** contra **GLÁUCIO DONIZETE DE OLIVEIRA**, sem resolução do mérito, em razão da carência de ação, pela falta de interesse processual superveniente, o que faço com fundamento no artigo 485, VI, e 493, do Código de Processo Civil. O acionado responderá, nos termos da fundamentação, pelas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor inicialmente atribuído à causa, atualizado, cuja cobrança far-se-á na forma prevista no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil (pág.67).

Com relação ao pedido formulado pela autora, de transferência eletrônica do valor depositado pelo réu, para a conta do escritório de advocacia, este não pode ser acolhido, eis que, nos termos do Comunicado CG nº1.526/17, os levantamentos devem ser realizados através de mandado de levantamento judicial, devendo as unidades judiciais se abster de encaminhar ofício às agências bancárias objetivando a transferência eletrônica de valores. Expeça-se, desde já, mandado de levantamento judicial do valor depositado nos autos, em favor da financeira e nome da patrona indicada as págs. 82, e ao final, arquivem-se os autos.

P.R.I.

Araraquara, 09 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**